

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Processo Penal – Noções Preliminares . . . . .	I
1.1. O Direito, a Sociedade e o Estado . . . . .	I
1.2. O Direito como Sistema: o Direito Material e o Direito Processual . . . . .	1
1.3. O Processo . . . . .	3
1.4. Natureza do Processo . . . . .	3
1.5. Autonomia e Conteúdo do Direito Processual e do Direito Processual Penal: Visão Sistêmica . . . . .	5
1.6. Conteúdo do Processo Penal. . . . .	7
1.7. Natureza Instrumental do Processo . . . . .	7
1.8. Posição Enciclopédica do Direito Processual Penal . . . . .	8
1.9. Processo e Cultura . . . . .	9
SÍNTESE. . . . .	10
Capítulo II – Desenvolvimento Histórico do Processo Penal Brasileiro . . . . .	11
2.1. Povos Antigos . . . . .	11
2.2. Os Códigos de Hamurabi e Manu. . . . .	11
2.3. O Processo Penal no Egito . . . . .	12
2.4. O Processo Penal dos Hebreus . . . . .	12
2.5. O Processo Penal dos Gregos . . . . .	13
2.6. Instituições Judiciárias e Processo Penal de Roma . . . . .	14
2.7. A Lusitânia . . . . .	18
2.8. O Direito Visigótico . . . . .	18
2.9. O Direito Processual Sarraceno e a Fundação do Reino de Portugal . . . . .	19
2.10. Os Forais e a Jurisdição Senhorial . . . . .	20
2.11. A Justiça Eclesiástica . . . . .	21
2.12. A Justiça Real . . . . .	22
2.13. Evolução Histórica do Judiciário Brasileiro. . . . .	22
2.14. Colônia . . . . .	23
2.15. Vice-Reino . . . . .	26
2.16. Reino Unido . . . . .	28
2.17. Brasil-Império. . . . .	29
2.18. Brasil-República (de 1889 a 1967). . . . .	30
2.19. A Reforma do Poder Judiciário. . . . .	34
2.20. O Judiciário na Constituição de 1988. . . . .	41
SÍNTESE. . . . .	43
Capítulo III – Sistemas e Princípios do Processo Penal . . . . .	47
3.1. Considerações Gerais . . . . .	47
3.2. Sistema Inquisitivo . . . . .	48
3.3. Sistema Acusatório . . . . .	48
3.4. Sistema Misto . . . . .	50
3.5. Princípios . . . . .	51
3.6. Princípio da Oralidade . . . . .	51
3.7. Princípio da Certeza . . . . .	51
3.8. Princípio da Oficialidade . . . . .	52
3.9. Princípio da Indisponibilidade . . . . .	53

## VI • José Lisboa da Gama Malcher

3.10. Princípio da Iniciativa das Partes .....	54
3.11. Princípio dos Limites do Pedido .....	54
3.12. Princípios Constitucionais .....	55
3.13. Princípio da Tutela Jurisdicional .....	55
3.14. Princípio da Legalidade .....	56
3.15. Princípio do Contraditório .....	56
3.16. Princípio da Ampla Defesa .....	57
3.17. Jurisdicionalidade .....	58
3.18. Inocência .....	60
3.19. Princípio da Publicidade .....	61
3.20. Proibição da Prova Ilícita .....	61
SÍNTESE .....	62
JURISPRUDÊNCIA .....	62
 Capítulo IV – Norma Processual Penal .....	 65
4.1. Conceito .....	65
4.2. Conteúdo .....	66
4.3. Natureza da Norma Processual Penal .....	67
4.4. Fontes das Normas Processuais Penais .....	68
4.5. Integração das Normas Processuais .....	74
4.6. Interpretação da Norma Processual Penal .....	75
4.7. A Interpretação, os Usos Interpretativos e os Princípios Jurídicos .....	76
4.8. Aplicação da Lei Processual no Espaço .....	77
4.9. Aplicação da Lei Processual no Tempo .....	78
4.10. Regras Gerais .....	79
SÍNTESE .....	80
JURISPRUDÊNCIA .....	82
 Capítulo V – Investigação e Documentação do Crime – Inquérito Policial e Auto de Prisão em Flagrante .....	 83
5.1. Persecução Penal .....	83
5.2. Notícia do Crime .....	84
5.3. O Poder de Polícia Judiciária .....	87
5.4. A Natureza do Inquérito Policial e a sua Função .....	89
5.5. Defeitos e Vícios em Atos do Inquérito e suas Consequências .....	91
5.6. Valor Probante do Inquérito .....	91
5.7. Arquivamento do Inquérito .....	92
5.8. Inquérito Policial .....	93
5.9. Flagrante Delito .....	94
5.10. Flagrante nas Infrações Permanentes .....	96
5.11. Flagrante em Crimes de Ação Penal Privada .....	96
5.12. Flagrante Provocado, Esperado ou Forjado .....	97
5.13. Auto de Prisão em Flagrante .....	97
5.14. Soltura do Preso em Flagrante .....	99
5.15. Defeitos e Vícios no Auto de Prisão em Flagrante: suas Consequências .....	100
SÍNTESE .....	100
JURISPRUDÊNCIA .....	102
 Capítulo VI – Prisão Provisória e Liberdade-Fiança .....	 105
6.1. Prisão Provisória .....	105

6.2. Generalidades	105
6.3. Prisão em Flagrante	106
6.4. Prisão Preventiva	107
6.5. Prisão Preventiva – Necessidade	108
6.6. Limites	108
6.7. Fundamentação	109
6.8. Revogação e Restabelecimento	109
6.9. Prisão por Pronúncia	110
6.10. Prisão por Sentença Condenatória Recorrível	111
6.11. Prisão Civil	112
6.12. Prisão Disciplinar	112
6.13. Prisão Temporária	113
6.14. Fiança	113
6.15. Cabimento	114
6.16. Prestação da Fiança	115
6.17. Obrigações Asseguradas pela Fiança	117
6.18. Quebra da Fiança	117
6.19. Cassação da Fiança	117
6.20. Reforço da Fiança	118
6.21. Liberdade do Réu	118
SÍNTESE	119
JURISPRUDÊNCIA	121
Capítulo VII – Teoria Geral do Processo	123
7.1. Conceito – Processo e Procedimento	123
7.2. Natureza do Processo	123
7.3. Processo como um Contrato	123
7.4. Processo como Quase-Contrato	124
7.5. Processo como Relação Jurídica	124
7.6. Processo como Negócio Jurídico	125
7.7. Processo como Instituição	126
7.8. Processo como Situação Jurídica	126
7.9. Concepção Dominante	127
7.10. Estrutura do Processo	127
7.11. Características da Relação Processual	128
7.12. Objetos do Processo	129
7.13. Constituição de Relação Processual	129
7.14. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e de Procedibilidade	130
7.15. Controle dos Pressupostos Processuais e Condições de Procedibilidade	133
7.16. Finalidade do Processo – Tutela Jurisdicional	133
7.17. Tipos de Processo	134
SÍNTESE	135
Capítulo VIII – Partes no Processo Penal	137
8.1. Sujeitos do Processo	137
8.2. Juiz	138
8.3. Poder Jurisdicional	138
8.4. Capacidade de Julgar	139
8.5. O Poder Judiciário e sua Organização	141
8.6. A Justiça Federal <i>Stricto Sensu</i>	143
8.7. A Justiça Militar da União	144

## VIII • José Lisboa da Gama Malcher

8.8. A Justiça Eleitoral . . . . .	146
8.9. Justiça dos Estados . . . . .	147
8.10. Ministério Público . . . . .	148
8.11. Natureza das Funções do Ministério Público . . . . .	148
8.12. Princípios que regem o Ministério Público . . . . .	149
8.13. Poderes do Ministério Público no Processo Penal . . . . .	150
8.14. Órgãos do Ministério Público no Processo Penal . . . . .	151
8.15. Acusado . . . . .	152
8.16. As Posições do Acusado no Desenvolvimento do Processo. . . . .	152
8.17. Capacidade . . . . .	152
8.18. Determinação do Acusado . . . . .	153
8.19. Identificação do Investigado e do Acusado . . . . .	153
8.20. Direitos do Acusado . . . . .	154
8.21. Ofendido . . . . .	155
8.22. O Ofendido como Sujeito do Processo. . . . .	156
8.23. Capacidade Processual . . . . .	156
8.24. Morte do Ofendido . . . . .	156
8.25. Recursos do Ofendido . . . . .	156
8.26. O Ofendido como Parte Secundária no Processo . . . . .	157
8.27. Assistente . . . . .	157
8.28. Assistente: Limitações . . . . .	158
8.29. O Assistente e seu Direito de Recorrer . . . . .	159
8.30. Curatela Penal. . . . .	159
8.31. Natureza . . . . .	160
8.32. Nomeação . . . . .	161
8.33. Falta de Nomeação . . . . .	161
8.34. Direito de Defesa . . . . .	161
8.35. Posição Jurídica do Defensor . . . . .	162
8.36. Defensor Constituído . . . . .	164
8.37. Defensor Dativo . . . . .	164
8.38. Limites . . . . .	164
8.39. Defensor Público . . . . .	164
8.40. Substituição do Defensor . . . . .	165
8.41. Direitos do Defensor. . . . .	165
8.42. Deveres do Defensor . . . . .	165
8.43. Auxiliares do Juízo . . . . .	166
8.44. Intérprete e Tradutor . . . . .	166
8.45. Peritos . . . . .	166
8.46. Escrivão . . . . .	167
8.47. Auxiliares do Escrivão . . . . .	167
8.48. Oficiais de Justiça . . . . .	168
8.49. Secretarias dos Tribunais . . . . .	168
SÍNTESE. . . . .	168
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	171
Capítulo IX – Teoria Geral dos Atos, Prazos e Termos Processuais. . . . .	173
9.1. Fato e Ato Processual . . . . .	173
9.2. Estrutura dos Atos Processuais . . . . .	174
9.3. Classificação . . . . .	176
9.3.1. Atos Processuais das Partes . . . . .	176



## Manual de Processo Penal • IX

9.3.2. Atos do Juiz .....	177
9.4. Lugar dos Atos Processuais .....	178
9.5. Tempo dos Atos Processuais .....	179
9.6. Prazos Processuais .....	179
9.7. Termos e o Impulso Processual .....	181
9.8. Forma dos Atos Processuais .....	182
9.9. Classificação dos Atos Processuais quanto à Forma .....	183
9.10. Suspensão Condicional do Processo .....	183
SÍNTESE .....	186
JURISPRUDÊNCIA .....	188
 Capítulo X – Sanções Processuais .....	 191
10.1. Sanções Processuais .....	191
10.2. Sanções Processuais – Espécies .....	191
10.3. Nulidade .....	192
10.4. Processo .....	192
10.5. Nulidade – Princípios .....	194
10.6. Convalidação das Nulidades .....	195
10.7. Inadmissibilidade .....	197
10.8. Preclusão .....	198
10.9. Prescrição .....	198
10.10. Suspensão da Prescrição – Causas .....	199
10.11. Interrupção da Prescrição .....	199
10.12. Prescrição. Contagem do Prazo. Prescrição pela Pena <i>in Concreto</i> .....	200
10.13. Prescrição pela Pena Ideal ou em Perspectiva .....	205
10.14. Decadência .....	205
10.15. Perempção .....	206
10.16. Revelia .....	207
SÍNTESE .....	208
JURISPRUDÊNCIA .....	209
 Capítulo XI – Jurisdição e Competência .....	 213
11.1. Jurisdição .....	213
11.2. Pressupostos de Jurisdição .....	213
11.3. Características da Jurisdição .....	213
11.4. Distinções da Jurisdição .....	214
11.5. Princípios que Regem a Jurisdição .....	214
11.6. Objeto da Jurisdição Penal .....	215
11.7. Modalidades da Tutela Jurisdicional .....	215
11.8. Elementos da Jurisdição .....	215
11.9. Competência .....	216
11.10. Elementos da Competência .....	216
11.11. Distinções da Competência .....	216
11.12. Critérios para a Determinação da Competência .....	217
11.13. Competência pelo Lugar da Infração .....	218
11.14. Competência pelo Domicílio ou Residência do Réu .....	218
11.15. Competência pela Natureza da Infração .....	218
11.16. Competência pela Prerrogativa da Função .....	219
11.17. Competência pela Prevenção e Distribuição .....	220
11.18. Conexão e Continência .....	221
11.19. Continência .....	222

11.20. Reunião e Separação de Processos .....	223
SÍNTESE .....	224
JURISPRUDÊNCIA .....	227
Capítulo XII – Ação Penal e Ação Civil .....	231
12.1. Conceito .....	231
12.2. Natureza Jurídica .....	231
12.3. Classificação .....	234
12.4. Condições da Ação e Condições de Procedibilidade .....	235
12.5. Condições de Procedibilidade .....	237
12.6. Condições de Punibilidade .....	237
12.7. Ação Penal Pública .....	238
12.8. Denúncia .....	239
12.9. Arquivamento da Investigação .....	240
12.10. Ação Penal Pública Condicionada .....	240
12.11. Ação Penal Privada – Queixa .....	241
12.12. Aditamento da Queixa .....	242
12.13. Ação Penal Subsidiária .....	243
12.14. Ação Penal Popular .....	244
12.15. Extinção da Ação Penal Privada .....	244
12.16. Perempção .....	245
12.17. Ação Civil .....	246
SÍNTESE .....	247
JURISPRUDÊNCIA .....	252
Capítulo XIII – Comunicação Processual: Citação, Intimação e Notificação .....	255
13.1. Comunicação Processual .....	255
13.2. Espécies .....	255
13.3. Comunicação Formal .....	256
13.4. Comunicação Não-Formal .....	256
13.5. Sujeitos da Comunicação Processual .....	256
13.6. Conteúdo e Execução. Notícia Processual .....	257
13.7. Comunicação por Mandado .....	257
13.8. Comunicação por Requisição .....	258
13.9. Comunicação ao Funcionário Público .....	259
13.10. Comunicação por Precatória .....	259
13.11. Comunicação por Rogatória .....	260
13.12. Comunicação Processual por Edital .....	261
13.13. Comunicação por Petição .....	262
13.14. Comunicação Processual Oral .....	262
13.15. Comunicação Processual Direta .....	262
13.16. Comunicação Processual por Termo .....	263
13.17. Comunicação Processual por Carta de Ordem .....	263
13.18. Citação .....	263
13.19. Formas de Citação .....	264
13.20. Conteúdo da Citação .....	266
13.21. Sujeitos da Citação .....	266
13.22. Execução da Citação .....	267
13.23. Impossibilidade da Citação Pessoal .....	267
13.24. Prova da Citação .....	268
13.25. Defeitos da Citação .....	268

13.26. Nulidade da Citação – Extensão dos Efeitos . . . . .	269
13.27. Notificação e Intimações . . . . .	269
13.28. Sanções Decorrentes do Desatendimento às Comunicações Processuais . . . . .	270
SÍNTESE . . . . .	271
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	272
 Capítulo XIV – Teoria Geral da Prova . . . . .	 275
14.1. Conceito . . . . .	275
14.2. Objeto da Prova . . . . .	275
14.3. Órgãos da Prova . . . . .	276
14.4. Liberdade da Prova . . . . .	277
14.5. Limitações . . . . .	277
14.6. Admissão e Produção da Prova . . . . .	278
14.7. Ônus da Prova . . . . .	279
14.8. Destino da Prova . . . . .	280
14.9. Assunção da Prova . . . . .	280
14.10. Avaliação da Prova . . . . .	281
14.11. Conferência da Prova . . . . .	282
14.12. Meios de Prova . . . . .	283
14.12.1. Interrogatório . . . . .	283
14.12.2. Confissão . . . . .	285
14.12.3. Declarações do ofendido . . . . .	286
14.12.4. Prova testemunhal . . . . .	287
14.12.5. Acareação . . . . .	289
14.12.6. Reconhecimento de pessoas ou coisas . . . . .	290
14.12.7. Prova documental . . . . .	290
14.12.8. Prova pericial . . . . .	292
14.12.9. Indícios . . . . .	295
14.12.10. Prova ilegítima e prova ilícita . . . . .	295
14.12.10.1. Quebra de sigilo . . . . .	295
14.12.11. Prova por videoconferência . . . . .	302
SÍNTESE . . . . .	304
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	307
 Capítulo XV – Questões e Processos Incidentes . . . . .	 309
15.1. Conceito . . . . .	309
15.2. Questões Prejudiciais . . . . .	309
15.3. Busca e Apreensão . . . . .	311
15.4. Incidente de Insanidade Mental do Acusado . . . . .	312
15.5. Seqüestro . . . . .	313
15.6. Hipoteca Legal . . . . .	315
15.7. Especialização da Hipoteca Legal . . . . .	316
15.8. Restituição de Coisas Apreendidas . . . . .	316
15.9. Confisco . . . . .	317
15.10. Incidente de Falsidade . . . . .	318
15.11. Incidente de Dependência Toxicológica . . . . .	318
SÍNTESE . . . . .	319
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	322
 Capítulo XVI – Exceções . . . . .	 323
16.1. Conceito . . . . .	323

## XII • José Lisboa da Gama Malcher

16.2. Exceção de Suspeição . . . . .	323
16.3. Exceção de Incompetência do Juízo . . . . .	325
16.4. Exceção de Litispendência . . . . .	325
16.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte . . . . .	327
16.6. Conflito de Jurisdição . . . . .	327
SÍNTESE . . . . .	328
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	330
 Capítulo XVII – Procedimentos . . . . .	331
17.1. Procedimento Ordinário . . . . .	331
17.2. Procedimento Sumário dos Crimes . . . . .	335
17.3. Procedimento Sumaríssimo . . . . .	336
17.4. Procedimento dos Crimes Funcionais Inafiançáveis . . . . .	336
17.4.1. Procedimento sumário dos crimes (punidos com detenção) . . . . .	336
17.5. Procedimento dos Crimes de Calúnia e Injúria . . . . .	337
17.6. Procedimento dos Crimes Funcionais Afiançáveis . . . . .	338
17.7. Procedimento dos Crimes contra a Propriedade Imaterial . . . . .	338
17.8. Procedimento dos Crimes de Competência Originária dos Tribunais . . . . .	340
17.9. Procedimento nos Crimes por Prerrogativa de Função . . . . .	343
17.10. Procedimento para Restauração de Autos . . . . .	343
17.11. Procedimento para Justificação . . . . .	345
17.12. Juizados Especiais Criminais . . . . .	346
17.13. Procedimento para Justificação . . . . .	347
SÍNTESE . . . . .	351
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	355
 Capítulo XVIII – Tribunal do Júri e sua Organização . . . . .	365
18.1. Função de Jurado . . . . .	365
18.2. Corpo de Jurados – Alistamento . . . . .	366
18.3. Audiência de Organização do Júri . . . . .	367
18.4. Procedimento do Tribunal do Júri . . . . .	367
18.5. Fase de Instrução do Processo . . . . .	368
18.6. Sentença de Pronúncia . . . . .	370
18.7. Sentença de Impronúncia . . . . .	371
18.8. Sentença de Desclassificação . . . . .	371
18.9. Absolvição Liminar . . . . .	371
18.10. Prisão por Pronúncia . . . . .	372
18.11. Intimação da Sentença de Pronúncia . . . . .	372
18.12. Fase de Julgamento pelo Tribunal do Júri . . . . .	373
18.13. Sessão Periódica . . . . .	374
18.14. Organização da Pauta . . . . .	374
18.15. Sorteio dos Jurados . . . . .	374
18.16. Convocação dos Jurados . . . . .	375
18.17. Composição do Tribunal do Júri – Formação do Conselho . . . . .	375
18.18. Sessão de Julgamento . . . . .	376
18.19. Roteiro de Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri . . . . .	376
18.20. Adiamento – Ausências . . . . .	377
18.21. Chamada dos jurados. <i>Quorum</i> . . . . .	378
18.22. Pregão . . . . .	379
18.23. Formação do Conselho de Jurados . . . . .	379



18.24. Recusas Peremptórias . . . . .	380
18.25. Exceções . . . . .	380
18.26. Formação do Conselho e Separação dos Processos . . . . .	380
18.27. Compromisso . . . . .	381
18.28. Instrução em Plenário . . . . .	381
18.29. Debate . . . . .	382
18.30. Esclarecimentos Complementares . . . . .	383
18.31. Dissolução do Conselho . . . . .	383
18.32. Questionário . . . . .	384
18.33. Explicação dos Quesitos ao Júri . . . . .	385
18.34. Sala Secreta . . . . .	386
18.35. Sentença . . . . .	386
18.36. Publicação da Sentença . . . . .	387
18.37. Encerramento . . . . .	387
18.38. Documentação da Sessão de Julgamento . . . . .	387
18.39. Recursos Cabíveis . . . . .	388
18.40. Desaforamento . . . . .	388
SÍNTESE . . . . .	389
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	390
 Capítulo XIX – Procedimentos Especiais . . . . .	 393
19.1. Conceito . . . . .	393
19.2. Procedimento dos Crimes de Abuso de Poder . . . . .	393
19.3. Procedimento dos Crimes de Abuso no Exercício da Liberdade de Expressão e Comunicação (Imprensa) . . . . .	395
19.4. Direito de Resposta . . . . .	397
19.5. Procedimentos nos Crimes de Abuso da Liberdade de Expressão e Comunicação (Lei de Imprensa) . . . . .	397
19.6. Execução . . . . .	398
19.7. Procedimento dos Crimes Eleitorais . . . . .	399
19.8. Procedimento dos Crimes de Tráfico e Uso de Entorpecentes . . . . .	401
19.9. Procedimento dos Crimes de Uso e Consumo de Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006) . . . . .	402
19.10. Procedimento dos Crimes Falimentares . . . . .	402
19.11. Procedimento dos Atos Infracionais Praticados por Menores . . . . .	404
19.12. Crimes Militares . . . . .	406
19.13. Procedimentos dos Crimes Militares . . . . .	408
19.14. Da Deserção em Geral . . . . .	409
19.15. Do Processo de Deserção de Oficial . . . . .	409
19.16. Deserção de Praça com ou sem Graduação e de Praça Especial . . . . .	410
19.17. Do Processo de Crime de Insubmissão . . . . .	412
19.18. Procedimento dos Crimes de Responsabilidade dos Prefeitos . . . . .	413
19.19. Procedimento dos Crimes Ambientais . . . . .	414
19.20. Lei Maria da Penha . . . . .	415
19.21. Medidas Preventivas de Urgência . . . . .	417
SÍNTESE . . . . .	419
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	420
 Capítulo XX – Sentença Penal . . . . .	 423
20.1. Conceito . . . . .	423
20.2. Classificação . . . . .	423

## XIV • José Lisboa da Gama Malcher

20.3. Sentença Absolutória .....	424
20.4. Efeitos da Sentença Penal Absolutória .....	425
20.5. Sentença Condenatória .....	426
20.6. Alteração do Libelo ( <i>Emendatio e Mutatio Libelli</i> ) .....	426
20.7. Efeitos de Sentença Condenatória .....	427
20.8. Forma da Sentença .....	428
20.9. Publicação e Intimação da Sentença .....	428
20.10. Coisa Julgada e Preclusão .....	429
SÍNTESE .....	432
JURISPRUDÊNCIA .....	435
 Capítulo XXI – Teoria Geral dos Recursos .....	437
21.1. Conceito .....	437
21.2. Fontes Normativas dos Recursos .....	437
21.3. Pressupostos dos Recursos – Sucumbência – Pressuposto Fundamental .....	438
21.4. Pressupostos Objetivos .....	439
21.5. Tempestividade .....	440
21.6. Preparo .....	440
21.7. Motivação .....	441
21.8. Regularidade Procedimental .....	441
21.9. Pressupostos Subjetivos .....	441
21.10. Interesse em Recorrer .....	442
21.11. Efeitos Diretos e Reflexos dos Recursos .....	442
21.12. Efeitos dos Recursos .....	442
21.13. Dilação Procedimental .....	442
21.14. Efeito Devolutivo .....	443
21.15. Efeito Suspensivo .....	443
21.16. Efeito Extensivo .....	444
21.17. Extinção Anormal dos Recursos .....	444
21.18. Renúncia .....	444
21.19. Desistência .....	445
21.20. Deserção .....	445
21.21. Sistemática dos Recursos no Processo Penal .....	445
21.22. Procedimento Recursal .....	447
21.23. Procedimento no Juízo Recorrido .....	447
21.24. Procedimento no Juízo Recursal .....	447
21.25. Ritos Procedimentais no Juízo Recursal .....	448
SÍNTESE .....	450
JURISPRUDÊNCIA .....	452
 Capítulo XXII – Apelação Criminal .....	455
22.1. Conceito .....	455
22.2. Apelação Plena – Conceitos e Efeitos .....	456
22.3. Apelação Plena – Motivos e Efeitos .....	456
22.4. Apelação Parcial .....	457
22.5. <i>Reformatio in Pejus</i> .....	458
22.6. Apelação Criminal – Cabimento .....	459
22.7. Apelação Criminal e Extinção da Punibilidade .....	460
22.8. Apelação Criminal e <i>Habeas Corpus</i> de Ofício .....	461
22.9. Apelação Criminal e Decisões Interlocutórias .....	461
22.10. Apelação Criminal e Decisões do Tribunal do Júri .....	462

22.11. Apelação Criminal – Titularidade . . . . .	464
22.12. Procedimento das Apelações em Primeiro Grau . . . . .	464
22.13. Apelação Criminal – Procedimento . . . . .	465
22.14. Apelação Criminal – Formas de Interposição . . . . .	465
22.15. Apelação Criminal – Efeito Devolutivo . . . . .	466
22.16. Apelação Criminal – Efeito Suspensivo . . . . .	466
22.17. Apelação Criminal – Efeitos – Dilatação Procedimental . . . . .	467
22.18. Apelação Criminal – Efeito Extensivo . . . . .	467
22.19. Controle da Admissibilidade – Inadmissibilidade . . . . .	467
22.20. Apelação Criminal – Apresentação das Razões . . . . .	468
22.21. Apelação Criminal – Remessa dos Autos – Traslado . . . . .	468
22.22. Procedimento no Tribunal Recursal . . . . .	469
22.23. Procedimento das Apelações em 2º Grau . . . . .	469
22.24. Apelação Criminal – Julgamento . . . . .	471
22.25. Apelação Criminal – Acórdão . . . . .	474
SÍNTESE . . . . .	474
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	476
 Capítulo XXIII – Recurso Necessário . . . . .	479
23.1. Conceito . . . . .	479
23.2. Natureza . . . . .	479
23.3. Cabimento . . . . .	479
23.4. Classificação . . . . .	480
23.5. Efeitos . . . . .	480
23.6. Objeto . . . . .	481
23.7. Procedimento . . . . .	482
SÍNTESE . . . . .	482
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	483
 Capítulo XXIV – Recurso em Sentido Estrito . . . . .	485
24.1. Conceito . . . . .	485
24.2. Histórico . . . . .	485
24.3. Política Legislativa . . . . .	486
24.4. Cabimento . . . . .	486
24.5. Efeitos . . . . .	487
24.6. Forma . . . . .	488
24.7. Procedimento . . . . .	488
24.8. Recurso em Sentido Estrito . . . . .	489
SÍNTESE . . . . .	490
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	490
 Capítulo XXV – Carta Testemunhável . . . . .	493
25.1. Conceito . . . . .	493
25.2. Natureza: Irrecusabilidade . . . . .	494
25.3. Cabimento . . . . .	494
25.4. Titularidade . . . . .	495
25.5. Efeitos . . . . .	495
25.6. Procedimento . . . . .	496
25.7. Forma – Instrumento . . . . .	496
25.8. Procedimento no Juízo Recorrido e Recursal . . . . .	497

25.9. Efeitos da Decisão .....	498
SÍNTESE .....	498
Capítulo XXVI – Agravo Criminal .....	501
26.1. Conceito .....	501
26.2. Cabimento .....	501
26.3. Efeitos .....	502
26.4. Procedimento .....	502
SÍNTESE .....	502
JURISPRUDÊNCIA .....	503
Capítulo XXVII – Embargos Infringentes .....	505
27.1. Conceito .....	505
27.2. Cabimento .....	506
27.3. Pressuposto .....	506
27.4. Efeitos .....	507
27.5. Procedimento .....	508
SÍNTESE .....	509
JURISPRUDÊNCIA .....	510
Capítulo XXVIII – Embargos de Declaração .....	511
28.1. Conceito .....	511
28.2. Natureza .....	511
28.3. Pressupostos .....	512
28.4. Limites .....	513
28.5. Efeitos .....	513
28.6. Procedimento .....	513
28.7. Efeitos da Decisão .....	515
SÍNTESE .....	515
JURISPRUDÊNCIA .....	516
Capítulo XXIX – Recurso Extraordinário .....	517
29.1. Conceito e Histórico .....	517
29.2. Finalidade .....	519
29.3. Âmbito .....	519
29.4. Pressupostos .....	519
29.5. Cabimento .....	520
29.6. Procedimento do Recurso Extraordinário .....	521
29.7. Efeitos do Recurso Extraordinário .....	522
29.8. Súmula Vinculante .....	523
SÍNTESE .....	524
JURISPRUDÊNCIA .....	525
Capítulo XXX – Recurso Especial .....	527
30.1. Conceito e Histórico .....	527
30.2. Finalidade .....	527
30.3. Pressupostos .....	527
30.4. Cabimento .....	528
30.5. Procedimento .....	528
30.6. Efeitos do Recurso Especial .....	530
SÍNTESE .....	530
JURISPRUDÊNCIA .....	531



Capítulo XXXI – Recurso Ordinário Constitucional . . . . .	533
31.1. Conceito . . . . .	533
31.2. Cabimento. . . . .	533
31.3. <i>Habeas Corpus</i> Denegado . . . . .	533
31.4. Efeitos. . . . .	534
31.5. Legitimidade. . . . .	534
31.6. Procedimento – Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i> . . . . .	534
SÍNTESE. . . . .	535
JURISPRUDÊNCIA. . . . .	535
Capítulo XXXII – Reclamação (Correição Parcial) . . . . .	537
32.1. Conceito . . . . .	537
32.2. Natureza . . . . .	537
32.3. Pressupostos . . . . .	538
32.4. Efeitos. . . . .	538
32.5. Procedimento . . . . .	539
32.6. Efeitos da Decisão Correicional . . . . .	540
SÍNTESE. . . . .	540
Capítulo XXXIII – Revisão Criminal . . . . .	541
33.1. Histórico . . . . .	541
33.2. Conceito e Natureza . . . . .	541
33.3. <i>Ius Rescindens</i> e <i>Ius Rescisorium</i> . . . . .	542
33.4. Fundamento . . . . .	542
33.5. Pressuposto . . . . .	542
33.6. Limites . . . . .	543
33.7. Cabimento. . . . .	544
33.8. Prova Falsa . . . . .	545
33.9. Prova Nova. . . . .	546
33.10. Oportunidade e Reiteração . . . . .	547
33.11. Titularidade . . . . .	547
33.12. Competência. . . . .	548
33.13. Efeitos da Decisão da Revisão Criminal – Absolvição, Redução da Pena, Anulação do Processo . . . . .	548
33.14. Indenização. . . . .	550
33.15. Procedimento . . . . .	551
SÍNTESE. . . . .	552
JURISPRUDÊNCIA. . . . .	553
Capítulo XXXIV – <i>Habeas Corpus</i> . . . . .	555
34.1. Conceito e Breve Histórico. . . . .	555
34.2. Natureza . . . . .	556
34.3. Objeto . . . . .	557
34.4. Pressuposto . . . . .	557
34.5. Espécies . . . . .	557
34.6. Cabimento. . . . .	558
34.7. Prisão Excessiva. . . . .	559
34.8. Incompetência da Autoridade Coatora . . . . .	560
34.9. Cessação do Motivo . . . . .	560
34.10. Fiança Denegada. . . . .	560
34.11. Processo Manifestamente Nulo . . . . .	561

## XVIII • José Lisboa da Gama Malcher

34.12. Extinção da Punibilidade .....	562
34.13. Outras Causas .....	563
34.14. Limites do Cabimento do <i>Habeas Corpus</i> .....	564
34.15. Competência .....	565
34.16. Partes .....	565
34.17. Concessão de Ofício .....	566
34.18. Procedimento .....	566
34.19. Efeitos .....	569
SÍNTESE .....	569
JURISPRUDÊNCIA .....	570
 Capítulo XXXV – Execução Penal .....	 575
35.1. Conceito e Natureza Jurídica .....	575
35.2. Função Tutelar do Juízo da Execução Penal .....	576
35.3. Sujeitos da Execução .....	576
35.4. Competência para a Execução .....	576
35.5. Execução das Sentenças de Absolução .....	577
35.6. Absolução Própria .....	577
35.7. Absolução Imprópria .....	577
35.8. Execução das Sentenças de Condenação .....	578
35.9. Regime Diferenciado .....	579
35.10. Execução das Penas Privativas de Liberdade .....	580
35.11. Execução das Medidas de Segurança .....	581
35.12. Execução da Pena Pecuniária .....	582
35.13. Efeitos da Condenação .....	583
SÍNTESE .....	584
JURISPRUDÊNCIA .....	585
 Capítulo XXXVI – Execução das Penas e Formas Alternativas – Incidentes na Execução .....	 587
36.1. Conceito e Competência .....	587
36.2. Penas Alternativas e Penas Restritivas de Direitos .....	588
36.2.1. Conceito .....	588
36.3. Prestação Pecuniária .....	588
36.4. Perda de Bens e Valores .....	588
36.5. Prestação de Serviços à Comunidade .....	588
36.6. Limitação de Fins de Semana .....	589
36.7. Interdição Temporária de Direitos .....	589
36.8. Incidentes na Execução .....	590
36.9. Permissão de Saída .....	590
36.10. Autorizações de Saída (Saída Temporária) .....	590
36.11. Remissão .....	591
36.12. Progressão e Regressão de Regime .....	591
36.13. Suspensão Condicional da Pena – Conceito e Histórico .....	592
36.14. Cabimento – Concessão – Audiência Especial – Condições – Limites – Pressupostos .....	593
36.15. Pressupostos Subjetivos .....	593
36.16. Concessão .....	594
36.17. Condições do <i>Sursis</i> .....	595
36.18. Fiscalização do <i>Sursis</i> .....	596
36.19. Cassação – Revogação do <i>Sursis</i> – Extinção da Pena .....	597
36.20. Prorrogação do Período da Prova .....	597
36.21. Efeitos .....	598

36.22. Livramento Condicional . . . . .	598
36.23. Conceito e Natureza . . . . .	599
36.24. Cabimento . . . . .	599
36.25. Procedimento . . . . .	601
36.26. Condições do Livramento Condicional . . . . .	603
36.27. Cerimônia do Livramento Condicional . . . . .	603
36.28. Fiscalização . . . . .	603
36.29. Revogação do Livramento Condicional – Extinção da Pena . . . . .	604
36.30. Livramento Condicional – Extinção do Cumprimento da Pena . . . . .	604
36.31. Perdão Soberano . . . . .	605
36.32. Anistia . . . . .	605
36.33. Graça e Comutação da Pena . . . . .	606
36.34. Indulto . . . . .	607
36.35. Unificação das Penas . . . . .	609
36.36. Cumprimento Sucessivo das Penas . . . . .	609
SÍNTESE . . . . .	610
JURISPRUDÊNCIA . . . . .	612
Capítulo XXXVII – Reabilitação . . . . .	615
37.1. Conceito e Natureza . . . . .	615
37.2. Espécies . . . . .	615
37.3. Reabilitação Plena . . . . .	616
37.4. Reabilitação Parcial . . . . .	616
37.5. Sistemas Legislativos . . . . .	617
37.6. Sistema Brasileiro – Condições Objetivas e Subjetivas . . . . .	617
37.7. Pressupostos . . . . .	619
37.8. Condições Objetivas . . . . .	619
37.9. Condições Subjetivas . . . . .	621
37.10. Procedimento . . . . .	622
37.11. Efeitos e Nova Reabilitação . . . . .	623
SÍNTESE . . . . .	623
Capítulo XXXVIII – Processo Penal Internacional . . . . .	625
38.1. Noções Gerais . . . . .	625
38.2. Ingresso de Estrangeiro . . . . .	625
38.3. Deportação . . . . .	626
38.4. Ingresso de Estrangeiro . . . . .	626
38.5. Procedimento Sumário da Expulsão . . . . .	628
38.6. Prisão do Expulsando . . . . .	628
38.7. Execução da Expulsão . . . . .	629
38.8. Extradicação . . . . .	629
38.9. Conceito – Extradicação . . . . .	629
38.10. Princípios Universalmente Aceitos . . . . .	630
38.11. Competência . . . . .	631
38.12. Procedimento . . . . .	632
38.13. Comunicação Processual no Campo Internacional – Rogatória . . . . .	634
38.14. Rogatória Ativa . . . . .	635
38.15. Rogatória Passiva – <i>Exequatur</i> . . . . .	636
38.16. Homologação de Sentença Penal Estrangeira . . . . .	637
38.17. Sistemas Legislativos . . . . .	638
38.18. Sistema Brasileiro: Juízo de Delibação . . . . .	638
38.19. Competência . . . . .	639

38.20. Procedimento .....	639
SÍNTESE .....	640
JURISPRUDÊNCIA .....	642
Capítulo XXXIX – Custas e Despesas no Processo Penal .....	651
39.1. Generalidades .....	651
39.2. Despesas .....	652
39.3. Ressarcimento .....	652
39.4. Custas .....	652
39.5. Princípio Geral – Sucumbência .....	653
39.6. Espécies .....	653
39.7. Obrigações pelas Custas .....	654
39.8. Liquidação das Custas .....	655
39.9. Pagamento das Custas .....	655
39.10. Isenção das Custas .....	656
39.11. Taxa Judiciária .....	657
39.12. Destinatário das Custas – O Fundo Especial .....	657
SÍNTESE .....	658
JURISPRUDÊNCIA .....	658
Capítulo XL – Mandado de Segurança .....	661
40.1. Breve Histórico. ....	661
40.2. Natureza Jurídica .....	663
40.3. Objeto .....	663
40.4. Impetração contra Atos Judiciais .....	664
40.5. Direito Líquido e Certo. ....	666
40.6. Direito Individual ou Coletivo .....	667
40.7. Prazo para a Impetração .....	668
40.8. Ato Disciplinar .....	669
40.9. Legitimidade Ativa .....	669
40.10. Mandado de Segurança Coletivo .....	670
40.11. Litisconsórcio e Assistência .....	671
40.12. Decisão Liminar .....	671
40.13. Procedimento .....	672
40.14. Recursos .....	673
40.15. Efeitos da Decisão .....	673
40.16. Ônus da Sucumbência .....	674
SÍNTESE .....	674
JURISPRUDÊNCIA .....	676
Capítulo XLI – <i>Habeas Data</i> .....	679
41.1. Breve Histórico. ....	679
41.2. Conceito .....	680
41.3. Objeto .....	680
41.4. Natureza .....	680
41.5. Competência .....	681
41.6. Procedimento .....	682
SÍNTESE .....	685
JURISPRUDÊNCIA .....	685
Bibliografia .....	687
Índice Alfabético-Remissivo .....	695